

FILIADO À

**CUT**  
**FNU**

# LINHA VIVA

**13/08/2010** BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO

Av. Mal. Floriano, 199, 7º, 10º e 16º andares - Centro - Rio de Janeiro • Tel.: 2276-9979 • imprensa@sintergia-rj.org.br

## EPE 2010

# À espera da formalização!

Reunidos em Assembléia no último dia 12, os trabalhadores da EPE resolveram esperar pela formalização da proposta da empresa para tomarem uma decisão em nova Assembléia que será realizada no dia 19.

Também no dia 12, à tarde, em reunião com a empresa, a direção do Sindicato conseguiu que a representação da EPE assumisse o compromisso de que formalizará sua proposta em relação ao Plano de Saúde/Odontológico e do Auxílio Creche extensivo a filhos e filhas dos funcionários tão logo obtenha uma posição do DEST.

A direção do Sintergia reafirma a importância da participação de todos nas Assembléias com o objetivo de que as decisões tomadas reflitam a expectativa do conjunto da categoria.

Reconhecido por sua capacidade de procurar soluções negociais, o Sintergia espera que a direção da EPE se empenhe junto ao DEST para atender às reivindicações dos trabalhadores, dando-lhes a tranquilidade necessária para o desempenho de suas funções porque cláusulas como o Plano de Saúde/Odontológico e o Auxílio Creche representam uma segurança para seus familiares.

## O que é o DEST?

O Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) é responsável pela elaboração do Programa de Dispendios Globais e da proposta do Orçamento de Investimento das empresas estatais, e pelo acompanhamento da execução orçamentária. São consideradas empresas estatais federais aquelas em que a União detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. Para fins de controle do Governo Federal, as estatais classificam-se em empresas do Setor Produtivo Estatal, empresas típicas do Governo e empresas do Setor Financeiro.

# ASSEMBLÉIA

Dia 19 de agosto de 2010, às 12h30min  
No Auditório da empresa no 9º andar

# Anistiados

## Golpe contra a democracia

“Quando o TCU se auto-concede competência que não está prevista na Constituição enfraquece a democracia”. A manifestação foi feita pelo presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, em entrevista coletiva nesta quinta-feira (12), para analisar a decisão do Tribunal de Contas da União, tomada no dia 11 de rever todas as reparações financeiras concedidas às vítimas da ditadura militar.

O órgão quer revisar 9.371 benefícios já concedidos pela Comissão de Anistia, alegando que os valores são altos e que a medida representa economia para os cofres públicos.

Abrão apresentou justificativas jurídicas, políticas e históricas para se opor a decisão e disse que o Ministério da Justiça pretende adotar todas medidas cabíveis para evitar que ela se efetive. “A Comissão de Anistia manifesta preocupação no sentido de que a decisão do TCU incorra em um equívoco jurídico, político e um retrocesso histórico”, diz a nota da Comissão distribuída aos jornalistas.

Para Paulo Abrão, a proposta do TCU, baseada no argumento de que as pensões dos anistiados políticos equivalem aos benefícios pagos pela Previdência Social, vai de encontro a lei criada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. A lei, de 2002, diferencia as pensões pagas aos anistiados ao criar o “regime jurídico do anistiado político” e estabelece que os valores pagos são de caráter indenizatório.

E lembrou ainda as regras de decadência do Estado para rever atos, lembrando que se passaram 10 anos e já foram julgados 57 mil casos, faltando apenas nove mil, que devem ser concluídos no período de dois a três anos, encerrando o “projeto de reconstrução cívica entre o cidadão e o seu próprio Estado que o violou no passado”.

“Criar procedimento revisor, que não foi declarado às vítimas, causa incerteza e insegurança”, alerta ele, enfatizando que representa uma “dupla violação” às vítimas da ditadura.

### Ponto positivo

Segundo o Presidente da Comissão de Anistia, se existe um ponto positivo nessa proposta é permitir o debate sobre o assunto. “O ponto positivo é criar oportunidade para que as vítimas do regime usufruam de mais palanque para contar suas histórias”, destaca Abrão.

Ele se queixa de que todos os casos de arbitrariedade e mortes cometidos pela ditadura julgados na Comissão de Anistia não receberam a mesma atenção da imprensa como fatos como esses, quando se questiona as reparações feitas pelo Estado brasileiro às vítimas da repressão.

A proposta do TCU assim como a decisão da Justiça do Rio de Janeiro de suspender o pagamento de pensão de 55 camponeses do Araguaia representam reverses na condução do processo de redemocratização do País. Segundo Abrão, “nós ainda vivemos um estado de negação. A ausência da abertura dos arquivos da ditadura mantém um estado de questionamento, que representa um prejuízo horrível e dá espaço para essas atitudes”, avalia.

E acrescenta que a negação, a relativização (como a definição de ‘ditabranda’ pelo jornal Folha de São Paulo) ou transformação em questão contábil é justificativa para as violações.

A coletiva foi acompanhada por dezenas de anistiados. Após a fala de Paulo Abrão, o vice-presidente da Associação de Ex-Presos Políticos de São Paulo, Ivan Seixas, também falou. E disse que “nós enfrentamos a tortura, os assassinatos, vamos enfrentar essa medida”.

Matéria extraída de [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

Visite o nosso site: [www.sintergia-rj.org.br](http://www.sintergia-rj.org.br)